

# A MEMÓRIA REIFICADA COMO PAISAGEM NO TEMPO E PELA LITERATURA: PRESENÇAS E APAGAMENTOS NA CONSTITUIÇÃO SOCIOESPACIAL DE CONCEIÇÃO DO ARROIO/OSÓRIO.

Leardo Eberhardt Rosa<sup>1</sup>  
André dos Santos Bladraia Souza<sup>2</sup>

## RESUMO

Este trabalho apresenta uma reflexão acerca da ideia de espaço como um sistema de objetos e um sistema de ações na acepção dada por Milton Santos, e sua implicação na reificação da cidade e região pela memória, que se desloca e se reconstrói permanentemente nas narrativas literárias com algum caráter histórico e, ao mesmo tempo, configura de certa forma a percepção do presente e suas ausências, seja pela impossibilidade objetiva do lembrar, seja pela reconfiguração dada pelos indivíduos às paisagens (Simmel, 1996) no contexto do sistema de objetos e ações miltoniano. Aqui, o olhar se volta especialmente para os livros “A Vila da Serra” (1924), de Antônio Stenzel Filho e “Noite de Reis” (1935), de Fernandes Bastos, entre outros escritos (relatos históricos, artigos de jornal, dados biográficos e trabalhos científicos). Situando documentalmente esse período de desenvolvimento do extremo sul do país, recorreu-se a textos que abordam em algum momento a questão da participação da força de trabalho de pessoas escravizadas na economia da região, entre os quais o de Mario José Maestri Filho (1984 e 2010), a pesquisa documental realizada por Marcos Daniel Schmidt de Aguiar (2006), em sua dissertação de mestrado em Geografia na UFSC, e a coletânea de ensaios organizada por Ilka Boaventura Leite (1996). Destaca-se, nesse contexto verbal escrito, os modos de perceber e invisibilizar a população negra e seus costumes, que também são parte do sistema de objetos e de ações dos espaços da cidade de Osório.

Palavras-chave: Espaço. Literatura. Memória. Paisagem. Silenciamento.

---

<sup>1</sup> Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Dinâmicas Regionais e Desenvolvimento – PGDREDES/UFRGS. E-mail: leonardo.eberhardt@gmail.com

<sup>2</sup> Professor Doutor do Programa de Pós-Graduação em Dinâmicas Regionais e Desenvolvimento – PGDREDES/UFRGS. E-mail: andre.baldraina@ufrgs.br

## INTRODUÇÃO

Sobre qualquer empreendimento de pesquisa paira essa sombra pretensamente necessária do didatismo racionalista, das categorias de apreensão do mundo e da sociedade, dos campos e das ramificações dos campos, nisso tudo a que chamamos ciência, a quem devemos submissão e respeito, afinal, o que seria da sociedade civilizada sem ela?

Em larga escala o acordo foi subscrito, mais imposto do que acordado, selaram-se as regras do jogo cujo objetivo aponta para a frente, para o aperfeiçoamento do futuro segundo princípios e padrões técnicos sempre em evolução, e que seja logo, porque se há outro mundo hipoteticamente melhor, não se sabe, ou persiste inacabada a tarefa de concebê-lo em nível global ou menos ainda. Todavia, qualquer pretensão intelectual que desconsidere a relatividade de toda premissa ortodoxa de desenvolvimento é negação obtusa ou apenas oportunismo, basta que se olhe para o lado - a vida tem sido solapada das mais ignaras formas, sem vacilar em seu ritmo e intensidade.

E é através desse reconhecimento que, sob diversos ângulos, alguns objetos técnicos, mais ou menos saturados de intenção alheia (SANTOS, 2006, p. 56), fazem emergir as memórias de tempos passados, com seus cheiros e lugares, com suas gentes e fatos, colocando nas escalas variadas do senso comum a questão de sua qualidade e valor, expressa não raramente por máximas de idealização do passado como “No meu tempo...”, sacralizando ícones e ídolos senão pela ação do tempo, certamente pela obsolescência das ideias.

Além disso, se destas memórias e objetos pode-se dizer que continuam sendo fatos, e se de alguma forma essa circunstância puder ser inserida no contexto mais amplo do espaço, segmentado pela sua apreensão individual ou coletiva como paisagens dentro de um sistema de sentidos, como também a concebeu Milton Santos (2006, pp. 12-13), não devemos então desculpar qualquer deslize de verossimilhança, mesmo que pareça inofensivo ou recoberto pelas supostas contingências de seu contexto histórico.

Tanto o olhar quanto a lembrança convocam a resgatar a totalidade das paisagens de outrora, pelas narrativas que se propõem a descrevê-la ou estudá-la, sugerindo que se deve fazê-lo preenchendo as lacunas e os silêncios com as vozes que de lá ecoam e, embora não transcritas, reverberam a materialidade ancestral dos corpos silenciados; mas a paisagem se transforma, trazendo consigo a possibilidade que se descortina diante de todos, que é precisamente a de inscrever essas vozes nas paisagens atuais desse mesmo espaço.

Ainda que os fatos invocados assim do passado, remoto ou recente, possam estar, como os da Montanha Mágica, recobertos pela pátina do tempo (MANN, 2006, p. 10), talvez até por isso, a transformação dos objetos dispostos neste prelúdio de século XXI, reclamam os seus propósitos, do âmago da terra, do alto dos céus, do fundo do mares, por todos e todas que não participam do grande banquete, esses objetos que hão de ser orientados em função do resgate solidário de uma igualdade perdida ou apenas sonhada.

Talvez isso seja um obstáculo a ser superado na direção do distanciamento, como querem os puristas de muitas escolas científicas, porque a busca do conhecimento deve estar isenta de sentimentos e ideologias, porém, se essa consciência faz muitas vezes florescer a vontade genuína de transformação social, de inovação e de rebeldia metodológica, porque razão ela haveria de ser abandonada, sem que antes fosse levada adiante com um certo grau de seriedade e, quiçá, esperança?

Dito de outra forma, não convém à academia ser uma ilha de sonhos circulares, flutuando entre fronteiras restritas e pouco povoadas das gentes de que é feito o mundo. O produto do pensamento que pergunta mais do que responde deve e precisa servir ao propósito maior da vida, pelos objetivos secundários e mais modestos que habitam seus meandros, e que seja esse o seu axioma racionalista, ainda que não haja consenso a respeito do que seja bom, melhor, saudável, próspero, digno.

Portanto, mais ou menos assim fale-se de espaço, primeiro, depois de memória e paisagem e, se for possível, de escuta. Não necessariamente nessa ordem, nem tanto nesse tom cadenciado pela imagem acústica que deles decorrem, mas segundo os preceitos do jogo, porque, perdoada toda licenciosidade poética imbuída de curiosidade afetiva, como tão belissimamente cantou nosso outro Milton, “não há tempo consumido, nem tempo a economizar, o tempo é todo vestido de amor e tempo de amar”.

### **“A VILA DA SERRA”, “NOITE DE REIS” E OUTROS ESCRITOS**

De uma pessoa pode-se afirmar que nasceu em uma cidade chamada Osório, no estado mais meridional do Brasil. Suponha-se que essa criança tenha rebentado para a vida nos anos 1980, então, aos 32.732 habitantes dessa cidade (DATASUS)<sup>3</sup> e ao mundo, que contava com 4,6 bilhões de pessoas (ONU, 1985, p. 140), foi acrescentada mais uma. A

---

<sup>3</sup> Ver: NOTA TÉCNICA: População Residente - Censo, Contagens Populacionais e Projeções Intercensitárias. Disponível em: [http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/ibge/Popula\\_Censo\\_Conta\\_Projecoes.pdf](http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/ibge/Popula_Censo_Conta_Projecoes.pdf). Acesso em: 14 abr. 2023.

internet e telefones portáteis não eram acessíveis à maioria das criaturas, e uma viagem comercial ao espaço não passava de quimera ou produto ficcional de uma mente inventiva.

No entanto, ainda hoje, quatro décadas adiante, essa cidade chama-se Osório, e aos que nela nascem, independentemente de nela viverem ou terem vivido, é dado o gentílico de osoriense, marcando pela palavra significados mais amplos inscritos no tempo e no espaço, que ultrapassam, por assim dizer, a noção de lugar físico comum de nascimento.

Essa reflexão se dá, portanto, a partir dessa cidade de outrora e de agora, e dessa região litorânea, em que pessoas nascem e morrem acoçadas pelo vento nordeste, ficam ou seguem temperadas de maresia, lembram e esquecem sob o acaso em frente aos verdes morros, não muito diferentemente de como ocorre no restante do mundo, porém, com o olhar fixado nos objetos específicos de análise: três livros e alguns recortes de jornais, além de outros registros como leis e memórias, biografias e trabalhos acadêmicos.

No primeiro desses textos a serem visitados, o livro “A Vila da Serra”, de autoria de Antônio Stenzel Filho, publicado originalmente em 1924<sup>4</sup>, é contada a história de Osório e da região do Litoral Norte do RS até o ano de 1872, segundo suas páginas iniciais, começando pelo registro dos primeiros vereadores e outros próceres da terra, estilo que acompanha o livro todo, seguido de uma descrição relativamente vívida das principais ruas da cidade, de alguns de seus moradores, instituições e costumes.

O autor osoriense organiza o espaço em duas partes, a primeira - relacionada mais aos objetos - intitula-se “Descrição física e histórica”, e é composta por seis seções secundárias (“Histórico”, “Os primeiros vereadores”, “Limites Urbanos”, “A igreja”, “O cemitério”, “Os arrabaldes”). Na segunda parte, “Usos e costumes” - mais voltada à ação - sucedem-se “Festas religiosas”, “Teatro”, “O Foro”, “As bandeiras do Divino”, “Jogo”, “Tipos populares”, “Pão por Deus”, “Moda”, “Carreiras”, “Lendas”, “Funerais”, “Os Reis”, “Quicumbis e Moçambiques”, “Canto gaúcho”, “Página galante”, “Política”, “Troças e farras”, “De como se ia a Porto Alegre”, “O entrudo”, “Tempo de moer a cana”, “Bailes familiares”, “Diversões infantis” e “Despedindo-se”.

Em linhas gerais, a par de seu evidente caráter descritivo, a narrativa estrutura-se como um diálogo simples e afetuoso entre o escritor/narrador e uma velha senhora, metáfora da

---

<sup>4</sup> Cf. TRESPACH, Rodrigo. Reminiscências. Disponível em: <http://www.rodriegotrespach.com/wp-content/uploads/2014/06/Almanaque-Ga%C3%BAcho-Stenzel-A-Vila-da-Serra.pdf>. Acesso em: 17 abr. 2023.

cidade. Logo de início, ponderando, o narrador expressa sua perspectiva geracional do progresso, como se o passar do tempo fosse sinônimo de retrocesso (idealização do passado), visão cultivada pelo senso comum até os dias atuais:

- Penso que tudo que é nosso vai de roldão; que aos **nossos homens**, simples, **virtuosos e bons**, sucedem outros homens, enfatuados, fingidos e autoritários; que os nossos **costumes**, singelos, se **transmudam**, em **licenciosidade**; que o nosso **patrimônio**, enfim, estremece ao contato das **gentes novas**; que... [...] (STENZEL FILHO, 1980, p. 9) (Grifou-se)

Dando sequência a esse diálogo, a cidade responde, afetuosa e diplomaticamente:

- Deixa-te disso. A **nossa gente**, se não quiser ficar suplantada, que levante a cabeça; que saia desse **indiferentismo** condenável; que seja também **progressista**, que trabalhe, que estude, que seja, enfim, digna de **nosso tempo**. E tu, meu velhote, deixa-te de histórias; eu te conheço. Fostes dos que principiaram a desbravar o caminho, para eu chegar até aqui. Muito tempo consumiste a estudar os problemas que hoje estão tendo solução. Vem a meus braços. E abraçamo-nos (*Ibidem*, p. 9). (Grifou-se)

Como se percebe nos recortes dialógicos acima, há forte presença de elementos identitários que procuram estabelecer o caráter do que é designado por “nossa gente” e “nossos homens”, os quais em geral são bons e precisam seguir em frente tomando as rédeas do progresso.

Essa gente e esse progresso, por sua vez, estão localizados geograficamente no tempo e no espaço – trata-se especificamente da população da cidade de Osório e arredores, em cujo espaço transcorrem as ações narradas na segunda parte da obra. De certa forma, o leitor é colocado em contato com a própria tessitura dos espaços habitados, nos quais surgem e se desenvolvem relações afetivas e sociais.

Assim, ao abordar o “tempo de moer cana”, o sucesso dos canaviais e da produção de aguardente é, indiretamente, atribuído a sua relação econômica com o trabalho escravo e seu baixíssimo custo, ao ponto de o declínio dessa atividade ser atribuído ao fim do regime de escravidão:

Uns cinco ou seis anos antes da extinção da escravatura, o nosso município fabricava e exportava 3000 pipas de aguardente por ano, afora o açúcar que fazia para o consumo e a grande quantidade de rapaduras que também vendia para a região serrana. Desse tempo em diante, **devido** ao falecimento dos principais agricultores e, mais do que isso, **ao início do desaparecimento gradual dos escravos**, principiou a declinar a indústria da cana [...] (*Ibidem*, p. 86) (Grifou-se)

Já quando é feita referência a algum personagem negro, geralmente destaca-se alguma característica física sua, exaltam-se suas habilidades motoras (raramente são abordados caracteres psicológicos que normalmente são tido como abonadores de caráter) ou aponta-se algum vício:

No lance de esquina, da casa grande dos Marques, transformado em teatro, representou o velho ator Sacramento, que aqui apareceu, trazendo em sua companhia uma **mulata, moça, gorda**, chamada Conceição. [...] O chefe da cantoria era o Vitório, **um mulato gordo, já velhote**, que era auxiliado por mais dois cantores e um menino que fazia de triple. [...] Além desses que, como já disse, eram os principais, também outros havia que bem merecem ser contemplados no quadro dos nossos tipos populares de antanho. Assim: o Gibongo (até hoje não sei qual era o seu verdadeiro nome) era um deles. **De cor preta, alto, gordo**, moço ainda, só se ocupava em não fazer nada. [...] O Adão veludo, assim chamado devido a sua cor, preta, reluzente [...] Era um negro de bom gênio, mas que parecia mau, pelo fato de nunca rir, nem mesmo sorrir. [...] A Maria Justa **era também uma negra**, mais moça do que velha. **Mentecapta**, arrastava pelas ruas os seus **andrajos**, dizendo **despautérios e assustando** crianças. [...] O Manuel Justino havia marchado para a guerra do Paraguai, e de lá voltara em fins de 1870. Era um **mulato alegre e inteligente**. Cantava modinhas e adorava as flores, que cultivava com esmero. Alguns anos depois de seu regresso, levantou uma casa de material na Rua da Independência, e aí aboletou-se com os seus tios José Barreiros e a velha Lucinda. (*Ibidem*, pp. 42-71)

E aqui, precisamente, cabe uma ressalva. Certamente, uma das formas de se ler uma narrativa é partindo da perspectiva original de sua produção em dado contexto socioespacial. Entretanto, essa abordagem não é única e como se propõe aqui uma análise dos livros como objetos, plenos de intencionalidade<sup>5</sup>, que circulam em dadas sociedades, no âmbito do espaço e da paisagem como elementos de um sistema maior, importa mais, nesse momento, olhar seus elementos internos e a relação estabelecida entre eles para, depois, tentar apreender a transposição desses sentidos atualizados pelo tempo, isto é, na cidade e na região sobre a qual e da qual este texto está sendo escrito.

Feita essa ressalva, passa-se ao capítulo dedicado a Festa do Rosário, intitulado “Quicumbis e Moçambiques”, que mereceria total transcrição, todavia, destacam-se seus trechos mais simbólicos, do ponto de vista da caracterização da sociedade no espaço:

Na crônica, tratando das festas religiosas, eu disse que a parte característica da festa do Rosário era a dança dos negros. Assim era. Quicumbis e Moçambiques eram dois Ternos de negros, o primeiro composto de negros crioulos, nascidos no Brasil, e o segundo formado de

---

<sup>5</sup> Ainda que não seja a intenção deste artigo discutir relações e fatores de produção, pode-se definir esse objeto a partir de sua externalidade, uma coisa que, por suas propriedades, satisfaz necessidades humanas, seja qual for a natureza, a origem delas, provenham do estômago ou da fantasia. (MARX, 2011, p. 57).

negros africanos. Aqueles, em sua maioria, pertenciam a fazendeiros residentes no distrito da Vila e no de Palmares, e estes, com seus senhores, moravam no Morro Alto. [...] Ali, o ato de recepção era todo cheio de formalidades, havendo, entre estas, a embaixada, que era **engraçadíssima**, porque o rei ou o chefe dos moçambiques falava, por diversas vezes, na **sua língua** própria; uma coisa que ninguém entendia. [...] Se um terno só chegava para atordoar, imaginem o que seria os dois a **batucar** e a **berrar!** Ninguém podia dormir, pois eles levavam nessa **faina** até mais de meia-noite. Os dois diferenciavam-se muito em quase tudo. Assim, o canto dos quicumbis era impregnado de **misticismo** religioso [...] ao passo que o dos moçambiques, nem de leve se referia a religião [...] Nos dias da festa, ambos os Ternos se apresentavam **esquisita e ridiculamente** enfeitados. O mais **apalhado** era o dos quicumbis. [...] Na frente, cada um deles levava, em forma de avental, uma toalha branca, toda cheia de topes de fita, e, na cabeça, cingiam um capacete de papelão ornado de plumas, fitas e outras bugigangas. Era nestes capacetes que eles mais se extremavam e eram justamente eles (os capacetes) que davam a nota álcere, pois misturavam-se os penachos brancos e pretos com as fitas de papel de diversas cores, azuis, encarnadas, verdes, etc. [...] A **esquisitice** deles, porém, consistia em amarrarem às pernas, logo acima dos pés, uns balainhos, de quase um palmo de comprimento e uma polegada de diâmetro, enchendo-os de uma frutinha seca, chamada caeté. A esses balainhos davam o nome de *machacá*. Com os requebros da dança faziam eles um *chá-chá* atroador. [...] (*Ibidem*, 1980, p. 68-69). (Grifou-se)

Entre tantos aspectos que podem ser analisados nessa descrição da participação de pessoas negras na Festa do Rosário, sob diversas perspectivas, as quais não cabem, evidentemente, na brevidade de um artigo, destaca-se apenas a natureza de seu relato como encontro, um momento específico em que a população dos arredores (campo) circula e se expressa no espaço público privilegiado da cidade, portadora de sentido e de existência, muito diferentemente das relações de propriedade a que eram submetidas mesmo após a abolição oficial da escravidão no Brasil<sup>6</sup>.

Essa configuração do espaço da cidade, portanto, não é coisa nova, do século XX, pós revolução industrial, mesmo aqui onde ela chegou noutro tempo e de outra forma. Quando colocadas lado a lado, inclusive, as narrativas ficcional e histórica parecem tratar efetivamente da mesma paisagem, mas delineando de forma diferente as pessoas (de cor branca), conforme trecho abaixo, publicado em 15/12/2012, no Jornal Zero Hora, quase um século após a primeira publicação de “A Vila da Serra”):

O litoral gaúcho era conhecido por exploradores e viajantes desde o século 17. Mas é no século seguinte que, de fato, se inicia o povoamento da região. Em 1732, duas sesmarias “nos campos de Tremandy” são concedidas a Manuel Gonçalves Ribeiro e Francisco Xavier Ribeiro. A área é mais ou menos a que compreende a região norte litorânea gaúcha atual. Em 1742, Antônio Gonçalves dos Anjos construiu na “Estância da Serra” a primeira capela dedicada à Nossa Senhora da Conceição do Arroio, nome pelo qual

<sup>6</sup> Cf. Lei nº 3.353, de 13 de maio de 1888, que declara extinta a escravidão no Brasil. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lim/lim3353.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim3353.htm). Acesso em: 15 mai. 2023.

o local passou a ser conhecido e com o qual passou a ser freguesia, em 1773. Em 16 de dezembro de 1857, Conceição do Arroio emancipou-se de Santo Antônio da Patrulha, sendo o município instalado em 12 de abril do ano seguinte. Foi rebatizado de Osório, sem consulta popular, em 1934, por decreto do interventor Flores da Cunha. Manoel Luís Osorio, filho de Manoel Luís da Silva Borges e Ana Joaquina, nasceu em Conceição do Arroio em 10 de maio de 1808, no local onde hoje se encontra o Parque Histórico, em Tramandaí. Osorio lutou na Guerra da Independência e na da Cisplatina, e também nas inúmeras revoluções do período imperial. Teve atuação destacada na Guerra do Paraguai. Recebeu os títulos de barão, visconde e marquês de Herval e foi senador e ministro do império. Faleceu no Rio, em 4 de outubro de 1879.<sup>7</sup>

É de se esperar que não se teçam loas a vergonhas, vícios ou crimes passados, os quais em regra ficam adstritos aos arquivos de processos judiciais e inquéritos policiais, quando já seu frescor sensacionalista perdeu o viço, entretanto, essa regra parece valer apenas para uma parcela da população, a quem é reservada a fatia privilegiada da crônica social.

No entanto, nem sempre é assim que ocorre, como na obra “Noite de Reis”, em que Fernandes Bastos concede o protagonismo a uma pessoa negra, Baiano Candinho, desertor da Guerra do Paraguai, que se instala com seu irmão mais velho e outros três amigos na região de Três Forquilhas, em 1871. Nessa narrativa, Candinho é retratado como valente, sedutor, inteligente e com forte consciência social, personificando a imagem do anti-herói, que comete alguns delitos, mas ajuda constantemente os menos favorecidos pela sorte.

Ainda assim, a narrativa de Bastos parece evocar a tradição conciliatória de certos relatos históricos sobre a formação social e étnica do povo brasileiro (SOUZA, 2012, pp. 25-26), na medida em que mesmo tendo por protagonista uma pessoa negra, nada se dá de relevância ao fato da escravidão quando ela ainda não havia sido abolida, ausência que se percebe logo no início da obra, na descrição da chegada das primeiras pessoas que habitaram a região, entre agricultores, soldados e imigrantes:

Entraram por ali, procedentes de Santa Catarina, os velhos casais açorianos, que vieram formar vilas e povoações. [...] Quantas partidas procedentes da velha Laguna palmilharam aqueles campos e trilharam por aqueles areais! [...] E também quantas levas de soldados, maltrapilhos e famintos, já então desertores, não teriam igualmente passado por ali, de volta, em fuga, depois de intermináveis e fatigantes jornadas pela praia e de haverem burlado a guarda do Tramandaí! [...] Serviam a uma Pátria tão grande, mas tão distante, que nem o miserável soldo lhes podia abonar com regularidade [...] E depois, a glória nunca poderia chegar até eles. [...] De certo que se não livrariam do azorrague do truculento Capitão Mor. Talvez até no pelourinho, em praça pública, fossem pagar a tremenda culpa de terem alma e coração. (BASTOS, pp. 26-29)

---

<sup>7</sup> Disponível em: <http://www.rodrigotrespach.com/wp-content/uploads/2012/12/Origens-de-Os%C3%B3rio-Almanaque-Ga%C3%BAcho-15.12.2012.pdf>. Acesso em: 17 abr. 2023.

Porém, mais que isso, a obra de Bastos esmera-se em elucidar a maneira injusta pela qual as autoridades da região passam do incômodo e inveja à perseguição de Baiano Candinho, grande parte pela sua adesão às forças federalistas que acabaram “derrotadas” em 1895, chamando à atenção seu esforço de homem trabalhador, com certa ambição, mas sempre grato pela oportunidade dada por aquela terra para que ele recomeçasse a sua vida.

Não se questiona, pois, a importância e a beleza da obra de Bastos, pelo contrário, a sugestão é de que, além de seu valor como retrato histórico, pela natureza intrínseca de seu conteúdo expresso, a narrativa tem mais coisas a dizer, por tudo aquilo que tergiversa, que contemporiza e que, enfim, omite.

Por sua vez, nos textos jornalísticos analisados, a partir das contribuições do historiador Rodrigo Trespach ao jornal Zero Hora<sup>8</sup>, há o recurso marcante e contínuo às datas, dados e descrições, próprios ao ofício do autor, sempre tendo como tema a colonização alemã no litoral norte do Rio Grande do Sul, apresentando um conjunto de objetos mobilizados no resgate das paisagens das épocas retratadas, com ênfase no elemento humano e cultural.

Dentre estas histórias estão: Culto em Maquiné (junho/2013); Luteranos no Litoral Norte (outubro/2012); O padre importado (Pedro Jacobs) (agosto/2012); O Hotel Amaral (julho/2012); Trespach (março/2012); O homem do Tiger Moth (agosto/2011); A Usina Santa Marta (agosto/2011); O recorde do Albatroz (agosto/2011); O Porto do Litoral (julho/2011); Alemães no Litoral (jun/2011); Passageiros no Kranich (mar/2007).

São narrativas de fatos reais sobre a presença da colonização alemã na região, as suas relações com a terra, os costumes, personagens marcantes e crença, majoritariamente protestante, com base em um variado aparato documental que inclui arquivos históricos, dados de congregações religiosas, matérias de jornais, livros, fotografias, entre outros.

Nesses artigos, igualmente, “sublinha-se” aqui o que neles não há, essa ausência, independentemente da análise e circunstância de sua autoria e consequente motivação. Propõe-se, assim, a escuta de tal silêncio, pairando sobre a incompletude da paisagem descrita das colônias, vilas e freguesias do Litoral Norte do RS, em cujo espaço os homens e as mulheres continuaram o desiderato de sua existência, nos primeiros passos da história “civilizada” dessa região. Um olhar sobre a pungência desse não estar, dessa lacuna!

---

<sup>8</sup> Disponível em: <http://www.rodrigotrespach.com/2014/06/06/a-vila-da-serra-no-almanaque-gaucha-da-zh/>. Acesso em: 14 abr. 2023.

O que convida à reflexão, ao exercício da escuta através desses tempos, desses espaços, com a soma de suas paisagens, referidas no marco dos objetos que dispomos para compreender o mundo, entre os quais a palavra escrita exerce um papel preponderante e intimamente ligado ao poder.

Por fim, como última proposta de olhar esse espaço retratado em palavras, pelo qual uma curiosa leitura se debruçou, perdoada a aleatoriedade da natureza dessas composições, destaca-se que a ampla maioria das cerca de 268 ruas, avenidas, alamedas e travessas de Osório, prestigiaram pessoas de cor branca, com raríssimas exceções como, por exemplo, a rua “Rainha Ginga Maria Tereza”, em homenagem à “Joaquina da Conceição de Oliveira”, conhecida pelo nome de Maria Tereza, cujo reinado no contexto do folclore maçambique findou em 1982, ano de seu falecimento, e as ruas Machado de Assis, Castro Alves e José do Patrocínio, personagens eméritos de nossa arte e história política (SILVA, 2011)<sup>9</sup>.

## **ESPAÇO, PAISAGEM E MEMÓRIA**

A presença marcante de pessoas escravizadas no Litoral Norte do RS é uma realidade atestada por uma variedade de pesquisas científicas que registram a contribuição de pessoas negras não somente na configuração socioeconômica dessa região costeira, como na de todo o território gaúcho.

Se isso não for suficiente, basta que se observe, por exemplo, a atual composição étnica da região, cujo percentual de pessoas negras ou pardas (na classificação dada pelo IBGE) é de 20,5 % (AUGUSTIN *et al*, 2021, p. 08), e que se admita a premissa bastante plausível de que os antepassados dessa parcela da população já estavam aqui antes da abolição da escravidão, considerando também não haver registro de que houve uma grande migração de pessoas negras ou pardas para cá somente após a promulgação de Lei Áurea.

Seja como necessidade de força de trabalho ou militar, a verdade é que a chegada de pessoas negras no RS é quase concomitante a do homem branco, que por aqui se instalou no início do século XVIII, quando das primeiras viagens de tropas e comerciantes pela faixa litorânea que vai desde Laguna, no atual estado de Santa Catarina, até Colônia de Sacramento, domínio lusitano na margem oriental da bacia do prata, em oposição à província de Buenos Aires, então pertencente a coroa espanhola.

---

<sup>9</sup> Cabe destacar, nesta mesma obra consultada, que conta um pouco da história de cada umas das ruas da cidade de Osório, as homenagens a Paul Percy Harris e Melvin Jones, estadunidenses fundadores do Rotary e do Lions Club, respectivamente, os quais, até onde se sabe, jamais tomaram conhecimento da existência da cidade que os presta a referida lisonja.

Dessa época, mais precisamente de 16/06/1820, data o relato do naturalista francês Saint-Hilaire (2002, p. 09) sobre sua estadia em uma fazenda na região da Lagoa dos Barros, mencionando a presença de pessoas negras escravizadas em oposição aos homens brancos livres:

Esta região pertence ainda à Freguesia da Serra. **Há neste lugar alguns negros escravos, mas nenhum mulato.** Todos os homens livres que conheci depois de Laguna eram brancos; geralmente corados, de cabelos louros; as mulheres têm uma bela cor e nunca se escondem à aproximação de forasteiros. Todos afirmam que esta é a época das chuvas e que a seca atualmente não é normal. (Grifou-se)

Alguns anos antes, em 1780, o primeiro levantamento demográfico que se tem da população do sul do Brasil demonstrava que o percentual de homens e mulheres escravizados chegava a 28% do total de habitantes, que trabalhavam na agricultura mercantil, ainda que de modo mais patriarcal do que coercitivo (MAESTRI, 1984, p. 42-43).

Pode-se dizer até que é consenso, com diferenciações pontuais nas atividades específicas segundo regiões (como a influência maior da exploração do trabalho indígena na região das missões), que não alteram a essência do modelo socioeconômico escravista, a presença e importância da contribuição da população escravizada na dinâmica e consolidação do território e da economia da Capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul.

Portanto, quando aquele passado é revisitado, mesmo que não seja no contexto acadêmico, não há como negar essa realidade, seja na leitura de uma obra de ficção, seja na elaboração de um trabalho científico. Neste ponto há uma intersecção, dado que a ficção não surge apenas e espontaneamente da cabeça de seu autor, senão de tudo aquilo que ele viveu, ou pessoalmente, ou por meio de outros artifícios, como a leitura.

Dito isso, existem envolvidos por esse contexto os relatos que se anunciam como expressão de uma verdade sobre a região do Litoral Norte do RS, alguns dos quais foram aqui referidos, tanto configurando para seus autores a paisagem dessa região à luz de sua época, que chega até a atualidade como registro inserido em uma nova paisagem, pertencente ao presente ou que nele é percebida esteticamente e eticamente, quanto contribuindo para a sua inserção e compreensão no contexto maior e fluído de um espaço cujas relações sociais se prolongam no tempo, posto ainda que:

O espaço, soma dos resultados da intervenção humana sobre a terra, é formado pelo espaço construído que é também espaço produtivo, pelo espaço construído que é apenas uma expectativa, primeira ou segunda, de

uma atividade produtiva, e ainda pelo espaço não-construído mas suscetível - ante o avanço da ciência e das técnicas e às necessidades econômicas e políticas ou simplesmente militares - de tornar-se um valor, não-específico ou particular, mas universal, como o das mercadorias no mercado mundial. (SANTOS, 2021, pp. 29-30)

Diferentemente do espaço, produzido dialeticamente como síntese de relações contínuas, mas não imutáveis, materializadas política e economicamente, a paisagem se rebate nesses recortes subjetivos da natureza e dos homens, de seus objetos que persistem, e que tentamos compreender da parte de nosso próprio olhar sobre esse recorte.

Olhar que deve considerar essas rugosidades no espaço-tempo como um processo cognitivo e não de simples apreensão subjetiva de formas, mas de espaço construído e paisagem (SANTOS, 2006, p. 92), aqui especialmente concebida pela sua presença nos objetos (livros) legados ao tempo adiante, herdados como objetos técnicos.

E é dessa nova apreensão acerca de um novo mesmo lugar, que se extrai a essência da relação havida entre parte e todo reificada na percepção do entorno (ambiente), cujo exemplo dado por Simmel (2009, p. 05) é uma eficiente alegoria:

Inúmeras vezes deambulamos pela natureza livre e avistamos, com os mais variados graus de atenção, árvores, cursos de água, prados e searas, colinas e casas e outras mil alterações da luz e das nuvens - mas, lá por atendermos a um pormenor ou contemplarmos isto ou aquilo, ainda não estamos conscientes de ver uma "paisagem". Pelo contrário, semelhante conteúdo particular do campo visual não há de acorrentar o nosso espírito. A nossa consciência, para além dos elementos, deve usufruir de uma totalidade nova, de algo uno, não ligado às suas significações particulares nem delas mecanicamente composto - só isso é a paisagem.

Dessa natureza intrínseca da experiência pessoalmente vivida e registrada, ou criada porque vivida de alguma outra forma, como elemento constituinte da memória, ressurge seu caráter indubitável de fonte de pesquisa orientada para a compreensão e o questionamento do passado no presente.

Escrever uma história então é como desenhar uma paisagem que não está mais, ou nunca esteve, fisicamente diante de nós, lembrando de um fato, um lugar ou as várias dimensões de um fenômeno vivido, cuja realidade sensível se deu no tempo passado, em um lugar específico, mesmo que ainda esteja acontecendo e, de fato, continue a acontecer permanentemente através da memória, a menos que seja posta sistematicamente de lado.

Por essa artimanha discursiva, destaca-se o potencial substantivo da memória na apreensão da paisagem/passado, como substrato da vida, unindo as pontas do tempo, contando a história por meio de um palimpsesto (SANTOS, 2006, p. 69) de cuja superfície desbotada erguem-se as novas formas do mundo. E esse mundo tem suas feições e as reivindica em toda a sua potência, a partir de tudo que se possa dispor para isso, seja material ou intangível, pertença ao domínio da técnica ou do sentimento.

Em menor ou maior grau, é possível compreender que quem tenha se lançado a escrever ficções ou história, em dada época, o tenha feito a partir da correlação de forças, dos valores e preconceitos então vigentes, das normas e etiquetas contemporâneas a sua escrita, isso é algo relativamente fácil de se compreender, mas não há razão alguma para que continuemos a fazê-lo hoje, seja na universidade, na escola, na literatura ou na (re) produção do espaço (o que, evidentemente, é mais complexo do que a leitura de sua configuração pela memória, mas não prescinde necessariamente dela).

Com efeito, esse resgate e análise daquilo que se conta se dá desde diversos campos e, por se estar tratando aqui, ao mesmo tempo, de narrativas literárias e de outros gêneros de texto, objetos culturais que são, recorreremos ao campo da análise do discurso para encontrar a ideia de que o silêncio é uma forma de dizer, e o não dito, indubitavelmente, conta mais do que aquilo que é dito muitas e repetidas vezes.

Nesse sentido, concluindo seu estudo sobre a forma do silêncio, Eni Orlandi (2007, p. 152) reflete sobre a maneira como o concebemos em sua relação com a linguagem (lembrando que os textos pertencem ao campo da linguagem):

O que não é a linguagem, quando se trata dos sentidos, não é o nada, mas silêncio. Por exemplo, os sentidos da negritude ou do feminino silenciados em sua expressividade social própria significam de outro modo (na umbanda, na capoeira ou na moda, numa forma de fazer literatura, etc.). Essa migração resulta (e é a marca) da necessidade histórica dos sentidos. Deriva também daí o modo como podemos conceber o político no que chamamos de silêncio. Se ao falar sempre afastamos sentido não desejados, para compreender um discurso devemos perguntar sistematicamente o que ele "cala".

E será que esse silêncio, essa ausência, sendo uma questão de linguagem, de sentido e configuração do espaço, portanto, ainda hoje persistem, de alguma forma pairando como sombra sobre os espaços das cidades, reproduzindo aquela prática social a partir de outra estratégia, talvez não tão explícita quanto em outras ocasiões?

Para esclarecer a sugestão, convém recorrer a um exemplo legado pela história: o de quando, para evitar indenizações aos senhores de pessoas escravizadas por ocasião do fim do regime escravista, Rui Barbosa mandou queimar os registros da sua comercialização. Ou ainda, como a sociedade atual responderia aos apelos do Sr. Badaró (e ao frágil argumento do Sr. Godofredo) que tão precisamente identificou a importância dos arquivos que seriam queimados, para a história do país e, sobretudo, para a identidade das pessoas que haviam sido escravizadas:

O Sr. presidente, não quero que ninguém entenda que, ao levantar-me para pronunciar-me contra esta moção, eu pretenda condenar a obra meritória dos abolicionistas. O que faço é protestar contra o ato de cremação de todo o arquivo da escravidão no Brasil, porque envolve o interesse histórico. Nós, em vez de procurarmos destruir, o que é uma obra de verdadeiros iconoclastas, devíamos ter a nossa Torre do Tombo, um edifício destinado a recolher os papéis de todos os arquivos do País. Somos um povo novo, que corremos o risco de ter dificuldades para escrever nossa própria história, porque é deplorável o que se observa em todas as municipalidades e nas repartições das antigas províncias: por toda a parte o mesmo abandono, o mesmo descuido, e por último o fato de mandar-se queimar grande número de documentos que poderia servir para se escrever com exatidão a história do Brasil do futuro. O Sr. Lamounier Godofredo: - A vergonha nunca há de deixar de existir; não é a cremação que a fará desaparecer. (LACOMBE, 1988, pp. 121-122).

Então, não é de reverência ao passado que está se falando, mas de reponsabilidade prática ao olhar para as categorias do passado, na medida de sua utilidade e de sua dialética com o presente, uma vez que nada se ergue do nada, sem algo que o sustente numa relação necessária de oposição, isto é:

Para apreender o presente, é imprescindível um esforço no sentido de voltar as costas, não ao passado, mas às categorias que ele nos legou. Conservar categorias envelhecidas equivale a erigir um dogma, um conceito. E, sendo histórico, todo o conceito se esgota no tempo. (SANTOS, 2021a, p. 15)

Dessa forma, as paisagens, dispostas e contidas pelo espaço, na medida da ação social que participa dela simultaneamente como causa e efeito, correspondem, pois, ao:

[...] conjunto de formas que, num dado momento, exprimem as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre homem e natureza. O espaço são essas formas mais a vida que as anima (SANTOS, 2006, p. 66).

Entretanto, não é absurdo dizer que para a constituição do espaço a conscrição da memória se dá a partir dos mesmos elementos socioculturais e estranhos de outrora, os quais se embatem com os atuais a partir da apreensão subjetiva do espaço como paisagens, constituindo isso a que se dá o nome de vida.

Contudo, há ser feita outra ressalva, sempre necessária, a de que não se pode ou, ainda, não se deve, sob pena de perda do sentido e da direção, deixar de considerar a urgência do presente em sua magnitude intransponível de ser imanente ao sujeito, que o pensa a todo instante (racionalmente ou nem tanto), como categoria de análise da vida e, num sentido mais amplo, da sociedade e do entorno mais imediato.

Dada a importância dessa percepção do presente, importa que se tenha em mente, do mesmo modo, que nele está circunscrita a paisagem plural (ou as paisagens) das subjetividades que se interpelam na significação da sociedade expressa no poder e pelo domínio das coisas produzidas. A dimensão da paisagem, tomada por seu conteúdo material desde quem a percebe, então:

[...] é a dimensão da percepção, o que chega aos sentidos. Por isso o aparelho cognitivo tem importância crucial nessa apreensão, pelo fato de que toda a nossa educação, formal e informal, e feita de forma seletiva - pessoas diferentes apresentam diversas versões do mesmo fato [...] Nossa tarefa é a de ultrapassar a paisagem como aspecto para chegar ao seu significado. A percepção não é ainda o conhecimento, que depende de sua interpretação, e esta será tanto mais válida quanto mais limitarmos o risco de tomar por verdadeiro o que é só aparência. (SANTOS, 2021a, p. 68)

Consequentemente, o conteúdo da memória percorre o caminho das histórias que são contadas, acrescidas de detalhes que sequer somos capazes de saber se são materialmente reais, se foram de fato vividos, ou se só possuem realidade na medida em que são cogitados de alguma forma, essa realidade sensível que parte do interior para fora do indivíduo, que externalizada atinge outros corpos, interage com eles e, em maior ou menor medida, retorna a si, dando vazão e sentido à corrente constante e circular da dinâmica social, fragmentada por sonhos de superação do cotidiano com beijo de hortelã, de feijão e de pavor de que nos fala Chico Buarque.

A relação do tempo com seus objetos culturais, seus textos, permite que se concebam novos sentidos, não pelo prazer hedonista da novidade, mas como contributo sólido e objetivo para chacoalhar as árvores vetustas da memória, em cuja copa anciã podem se esgueirar elementos valiosos de compreensão do presente.

Essa concepção do passado como a lembrança vivida no presente, como sistema de objetos que podem e são resgatados no tempo-agora para que a massa não se perca na vertiginosa roda das novidades, sem ter se apropriado devidamente do que foi essencial no tempo vivido, abre a possibilidade de instauração de uma política do recordar, em que:

A história se converte, no procedimento de Benjamin, em objeto de uma “construção”: o contexto histórico é desarticulado para liberar no presente as forças do passado. Objeto da construção é o passado carregado do tempo- agora: nele se estabelece uma correspondência entre passado e presente que afeta o núcleo atual da tradição. (ZIMMER, 2019, p. 25)

Assim, a literatura, com sua carga de registro histórico real e como atividade ficcional que por essência está impossibilitada de se dissociar da realidade, mas sempre faz parte dela, surge como lugar privilegiado de análise e possibilidade de reflexão sobre os mais diversos temas, entre os quais a paisagem e o espaço, que constituem-se como amálgamas materiais e sentimentais dessas próprias narrativas, ainda que não se refiram propriamente às subjetividades envolvidas no processo de criação artística (escritor, leitor, personagens e as pessoas reais que os inspiram).

Afinal, tudo o que uma pessoa pode ser é aquilo que ela consegue lembrar, sem memória não há indivíduo, como sem paisagem não há lugar e não há lugar sem tempo, sendo a soma desses tempos que atravessam as pessoas o que se pode chamar de sociedade.

Porém, o que haveria, de fato, no tempo, para que dele se possa dizer tanto e coisas tão contraditórias, por vezes? Seja como a ordem mensurável do movimento, como movimento instruído ou como estrutura de possibilidades (ABBAGNANO, 2007, p. 944), o tempo contém em si a pulsão da vida, sem ele a vontade humana seria impossível, inconjugável, sem predicado ou sujeito.

Daí porque o conceito de totalidade (SANTOS, 2006, p. 74), replicado a partir de um espaço geográfico em que se dá a sua realização concreta (paisagem), pode ser expressado pela máxima de que as partes somadas ainda que constituam, não explicam o todo, o qual inaugura uma nova realidade, composta de novas partes, e a isso se dá o nome de movimento.

Somente, então, é possível entender as omissões recorrentes em muitas paisagens recortadas do passado, que ou simplesmente ignoram a dimensão profunda e determinante da população negra na sociedade do Litoral Norte do RS e de todo o estado em seus registros ficcionais, ou quando não ignoram, o abordam a partir de uma perspectiva meramente figurativa, quase cenográfica, sem atentar de nenhuma forma para o conteúdo humano presente nas relações estabelecidas entre pessoas que foram escravizadas e o reflexo não somente simbólico, mas material desse passado na constituição da sociedade em geral e, especialmente, na vida da população negra dos dias atuais - conteúdo inerente tanto ao espaço como às paisagens dessa região.

## REFLEXÕES FINAIS

A proposta desse artigo foi refletir sobre a necessidade de se apropriar da história por meio da compreensão das paisagens que elas carregam, em qualquer tempo e sobretudo no presente, sob um olhar crítico, em toda sua beleza e horror, com todos os silenciamentos que dela ecoam e que precisam ser resgatados, não para renegar o passado, mas para que se compreenda melhor a sociedade atual.

A perspectiva do conformismo, portanto, não deve ter lugar em nenhum espaço, muito menos em instituições de ensino, força bruta e resiliente que deve ser em qualquer país que tenha a audácia de se pensar melhor em tempos de consensos globais vindos de cima e impostos goela abaixo através de cartilhas pseudocientíficas e (uni) multilaterais.

Os textos em geral, criações holográficas plenas de presente, seja qual for o tempo cronológico que eles narram, eles pertencem a uma genealogia de propósito, um testamento de intenções, inscritos em rede ao mesmo tempo em que se constituem como objetos autônomos, que produzem sentidos continuamente e, assim, auxiliam na apreensão e compreensão desse presente.

Mesmo que a atualidade não permita dizer que algo tenha mudado em termos de desigualdade social, concentração de renda, distribuição do poder político e econômico, o mesmo não ocorre em relação a singularidade de suas condições de transformação, cujas possibilidades de multiplicação e florescimento periferias afora, em tempos indistintos de redes reais e virtuais, se estendem aos confins da terra, como verdadeiros ecos de solidariedade subversiva e diante de uma ordem que anuncia um futuro tão incerto quanto impossível.

Com isso se quer demonstrar, apenas, que as narrativas sobre o espaço e a paisagem se sucedem no tempo, e reproduzem suas determinantes sociais de uma forma notadamente estável. As paisagens atuais se alteram em relação às do passado e transitam pelo espaço em que elas se inserem novos objetos técnicos, pelos quais é possível apreender o não dito, sem pretensão de avaliar razões ou justificativas, mas porque é necessário fazê-lo, por imposição ética e não qualquer outra.

Transporte-se esse raciocínio para a reflexão aqui proposta, a partir da cidade de Osório, ou da região do Litoral Norte de que contam os livros, leis e artigos de jornais, essa mesma

região de outrora materializada diante de nós no tempo presente, de que forma é possível encará-la? De que matéria é feita sua gente, para que futuro aponta o seu presente?

Disto decorre que o passado se nos apresenta assumindo formas das quais sempre haveremos de duvidar, a partir do espaço, da paisagem e do silêncio, para que tanto na aurora fulgente de sua glória mercantil, quanto nos meandros noturnos de seus crimes, haja verdade e reparação.

E, assim, quem sabe, depois de muito tempo (quicá fosse em breve), poderemos, além de recitar didaticamente Kant, Labriola e Sereni para ilustrar a totalidade social como um conjunto de possibilidades como fez Milton Santos (2021a, p.31), cantar despreocupadamente com Ana Carolina e Tom Zé que encontramos o caminho da “unimultiplicidade, onde cada homem é sozinho a casa da humanidade”.

## REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. 1ª ed. Trad. Coord. Rev. de Alfredo Bosi. 5ª ed. Rev. e Trad. Ivone Castilho Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

AGUIAR, Marcos Daniel Schmidt de. **Percorrendo os Caminhos da Modernização: Técnica e Tempo na Construção Social do Litoral Norte Gaúcho**. Dissertação (Mestrado). Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Florianópolis: UFSC, 2006. Disponível em: <http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/89157>. Acesso em: 19 abr. 2023.

AUGUSTIN, André Coutinho (et al). **Panorama das desigualdades de raça/cor no RS**. Relatório técnico. Porto Alegre: Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão, 2021. Disponível em: <https://dee.rs.gov.br/upload/arquivos/202111/18175612-relatorio-tecnico-dee-panorama-das-desigualdades-de-raca-cor-no-rio-grande-do-sul.pdf>. Acesso em: 15 mai. 2023.

BASTOS, Fernandes. **Noite de reis**. Porto Alegre: Evangraf, 2007. (reedição de obra originalmente publicada em 1935).

DATASUS. População residente - Rio Grande do Sul. Disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/defthtm.exe?ibge/cnv/poprs.def>. Acesso em: 15 abr. 2023.

CARVALHO, Augusto de. **Sobre o conceito de passado em Walter Benjamin**. In: Walter Benjamin - Testemunho e Melancolia. Serra: Milfontes, 2019.

HAESBAERT, Rogério. **Região, regionalização e regionalidade: questões contemporâneas**. ANTARES, n° 3 – Jan/Jun 2010. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4553781/mod\\_resource/content/1/3.haesbaert.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4553781/mod_resource/content/1/3.haesbaert.pdf). Acesso em: 15 abr. 2023.

HOHLFELDT, Antônio Carlos; MUNARI, Ana Cláudia. **Geografia-geografias: a literatura (felizmente) se ocupa do que a historiografia parece menosprezar**. Letras de Hoje, Porto Alegre, v. 49, n. 2, p. 241-247, abr.-jun. 2014. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fale/article/view/13483/11370>. Acesso em: 14 abr. 2023.

LACOMBE, Américo Jacobina. **Rui Barbosa e a queima dos arquivos**. Brasília, Ministério da Justiça: Rio de Janeiro, Fundação Casa de Rui Barbosa, 1988. Disponível em: <https://www.gov.br/casaruibarbosa/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/pdfs/rui-barbosa-e-a-queima-dos-arquivos-ocr.pdf>. Acesso em: 16 abr. 2023.

MAESTRI, Mario. **Breve história do Rio Grande do Sul: da pré-história aos dias atuais**. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2010.

MAESTRI, Mario. **O escravo gaúcho: resistência e trabalho**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.

MANN, Thomas. **A montanha mágica**. Trad. de Herbert Caro. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2006.

MARX, Karl. **O Capital**. Livro I, Vol. I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos**. 6ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem ao Rio Grande do Sul**. Trad. Adroaldo Mesquita da Costa. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2002.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SANTOS, Milton. **Metaforose do Espaço Habitado**. 6 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2021a.

SANTOS, Milton. **Pensando o Espaço Homem**. 5 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2021b.

SIMMEL, Georg. **Filosofia da paisagem**. Tradução de Simone Maldonado. Revista de Ciências Sociais: Política e Trabalho. Ed. 12, 1996. pp. 15-24. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/politicaetrabalho/article/view/6380>. Acesso em: 25 mai. 2023.

SOUZA, Laura Olivieri Carneiro de. **Quilombos: identidade e história**. 1 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.

STENZEL FILHO, Antônio. **A Vila da Serra (Conceição do Arroio): Sua descrição física e histórica, usos e costumes até 1872**. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro; Caxias do Sul: UCS, 1986. (reedição de obra originalmente publicada em 1924)

TRESPACH, Rodrigo. Artigos e colaborações publicados na seção Almanaque Gaúcho, Jornal Zero Hora. Disponível em: <http://www.rodrigotrespach.com/category/historia/almanaque-gaucha/>. Acesso em: 14 abr. 2023.

UN. **World population prospects: estimates and projections as assessed in 1982**. Department of International Economic and Social Affairs, 1985. Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/81541>. Acesso em: 14 abr. 2023.